



PARECER JURÍDICO

EMENTA: Direito Administrativo.
Próprios Públicos. Denominação.
Competência Comum. Quórum:
maioria absoluta. Pela legalidade.

É submetido ao crivo desta Assessoria o Projeto de Lei, do Executivo, n. 114/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo, ao qual exaramos o seguinte

PARECER:

DOS FATOS:

Busca o autor denominar como **“ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA TEREZA DE JESUS MACHADO”**, o bloco da Escola Municipal João Paulo II, o qual será desmembrado em dois blocos, cada um com sua devida organização administrativa..

Trata-se de do mesmo terreno da citada Escola Municipal João Paulo II, de propriedade do Município de Medianeira.

A Mensagem Justificativa trás em seu corpo breve histórico da Professora Tereza de Jesus Machado, a qual foi moradora do Bairro Jardim Irene, local da escola, e que veio a contribuir



PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

consideravelmente com a comunidade, principalmente na área da educação.

DO DIREITO:

A Lei Orgânica no Inciso XVI do artigo 36 assim estabelece:

"Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

.....

XVI – denominar e alterar denominação de próprios e logradouros públicos, observada legislação municipal específica sobre a matéria."

Trata-se de competência comum e por força orgânica passível de apresentação por parte do Prefeito, restando satisfeito o juízo de admissibilidade.

DO MÉRITO:

A matéria, sem dúvidas, apresenta um objetivo nobre que é de homenagear pessoa de reconhecida expressão social, especialmente pela constante realização de trabalhos voltados à educação.

O terreno pertence ao Município, e já consta no mesmo a Escola Municipal João Paulo II, bem como esta nova edificação, em análise, a qual terá uma administração independente.

A Mensagem justificativa contempla os motivos que ensejam esta denominação.



DO QUÓRUM

A Lei Orgânica Municipal, no parágrafo 3º. do artigo 52 prevê:

"§ 3º. Dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal a aprovação:

I – das leis concernentes:

(...)

b) à denominação de próprios e logradouros;

(...)".

Portanto, no caso em tela, a aprovação da matéria dependerá de voto favorável da Maioria Absoluta dos membros desta Casa Legislativa (5 votos).

DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto exaramos **PARECER FAVORÁVEL** por entender que a matéria preenche os requisitos legais.

S. M. J., este é o PARECER

Medianeira, 06 de novembro de 2024.


Lucas Augusto Ferreira

Advogado Designado

OAB/PR 105.283